

Os custos da estabilização na vida real

■ Aumento do desemprego é o efeito perverso da vitória contra a inflação

CARLOS FRANCO E SONIA JOIA

O sucesso do Plano Real no combate à inflação é inquestionável. Mas a opção pela âncora cambial e os juros elevados como políticas de contenção de preços têm um efeito perverso: o desemprego. No momento em que o país já acumula, nos últimos cinco anos, um desemprego estrutural de 25% na indústria, a manutenção dessa política pode ter um efeito desastroso, fazendo com que o próximo ano seja idêntico a esse, com as mesmas taxas de atividade industrial, desemprego e inadimplência. Os custos sociais do combate à inflação foram o tema central do *Balanço Mensal*, do qual participaram os economistas José Márcio Camargo e Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), e Paulo Nogueira Batista Júnior e Aloísio Araújo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Os custos da estabilização são muito maiores do que se podia antever”, diz Edward Amadeo. A partir de março, quando foi preciso reduzir as importações para evitar uma crise na balança de pagamentos (diferença entre os dólares que entram e os que saem do país), o governo foi forçado a fazer uma escolha: ou desvalorizava o real ou elevava os juros para conter o consumo.

“Bem ou mal, depois de oito, nove meses em que se estava ganhando, o processo de estabilização chegou ao momento da escolha de quem vai ganhar e quem vai perder. Entre inflação e desemprego”, avalia Camargo.

O economista chama a atenção para os custos sociais dos planos de estabilização na Argentina, onde a taxa de desemprego chega hoje a 20% da população economicamente ativa, e no Chile, que nos dez primeiros anos arcou com as consequências de ter 25% de desemprego. “Não era um problema de camelôs. Ganhava-se tão pouco sendo camelô, que não valia a pena deslocar-se para a cidade para vender um produto”, lembra Camargo.

Comparações —O plano chileno se parece menos com o brasileiro que o argentino, porque o primeiro realizou logo o ajuste nas contas públicas, enquanto a Argentina e o Brasil optaram pela âncora cambial. Isso significa defasagem no preço do dólar, o que segura os preços internos com a concorrência dos importados. O resultado é a redução da competitividade da indústria brasileira.

“Talvez seja inusitado o caso de um país que, para estabilizar, tenha apreciado o câmbio nominalmente em 15%. Pode-se dizer que o setor têxtil não é competitivo e deve sumir. Mas essa política diminui a competitividade como um todo. Ao longo deste ano terão se extinguido 200 mil empregos industriais”, argumenta Amadeo.

Enquanto isso, o governo age dentro de uma lógica que ele denomina “o império da macroeconomia”: “Há uma ideologia de que o mercado resolverá tudo, as coisas se ajustarão naturalmente. O governo não está pensando a reestruturação”, ressalta. As políticas de juros elevados e de apreciação cambial colocam, segundo

o economista, “uma espada” sobre cada setor da economia e diz: “Deflação ou morte?”. Para muitos, a única saída é a morte.

Surpresa —Paulo Nogueira Batista também se mostra surpreendido com a posição oficial frente ao desemprego: “É curioso que o governo possa afirmar ou insinuar que o desemprego é um problema exclusivamente estrutural, associado à abertura da economia e à modernização das empresas. Não passa pela cabeça de ninguém que possa ser um problema dissociado do Plano Real”.

Nogueira critica a falta de políticas tributárias e de comércio exterior que protejam a indústria brasileira. “Nós estamos mal posicionados na Organização Mundial do Comércio, negociamos mal no Mercosul, não temos políticas adequadas para fazer face ao *dumping* e à concorrência desleal, não temos sistema tributário adaptado à abertura. E, em cima disso, jogamos uma tremenda sobrevalorização cambial. É como pegar a indústria brasileira, um peso médio, e botar no ringue para disputar com o Mike Tyson”, compara.

Otimismo —O menos pessimista na discussão foi Aloísio Araújo, que procurou enfatizar as vitórias do governo e dar crédito à sua capacidade de alterar a situação: “Eu acho que a gente tem que mergulhar realmente nas reformas estruturais, na reforma fiscal. E aí vem um pouco mais de otimismo de minha parte. O governo errou em algumas partes, no gerenciamento de política monetária, da demanda agregada, coisas que, digamos assim, trouxeram custos cambiais excessivos. Agora, certas medidas, que vêm sendo tomadas desde o ano passado, seriam impensáveis há dois, três anos, como esta reforma dos bancos estaduais, as privatizações. As coisas estão andando e os custos podem ser revertidos”.

A necessidade de equilíbrio nas contas do governo é um consenso entre os economistas. Mas são muitas as críticas à forma como a questão tem sido encaminhada. Paulo Nogueira avalia que as reformas estruturais estão sendo confundidas com reformas constitucionais. “Muitas coisas podem ser feitas, em comércio exterior, por exemplo, se houver vontade do Executivo de reaparelhar o Estado. Não é preciso mexer na Constituição para fazer isso. Se montou no Brasil uma Estadofobia. A tendência é massacrar, hostilizar o funcionário público, quando ele deveria ser revalorizado”, afirma Paulo Nogueira.

Os custos que o governo pretende reduzir com a reforma administrativa são mínimos, segundo Amadeo, frente às despesas que tem com os juros da dívida interna. O governo atrai o capital internacional com juros altos e, para não emitir moeda, esteriliza a entrada de dólares com o aumento da dívida pública. Com isso, enquanto as reservas cambiais cresceram US\$ 15 bilhões desde abril, a dívida federal deu um salto de US\$ 23 bilhões.

‘Nas cidades e estados, os empregos são os políticos, de negociação complicada’.

José Márcio Camargo

‘Só em juros, pagaremos US\$ 25 bilhões este ano. Em quatro anos de governo, serão US\$ 100 bilhões’.

Edward Amadeo

Fotos de José Roberto Serra

